



Índice

- 01** Animais invadem aldeia e preocupam índios
- 02** Parlamentar garante construção da Casa de Saúde em Guarantã do Norte
- 03** Índios e sem-terras ocupam fazenda em Euclides da Cunha sob risco de conflito
- 04** Governo cede a ruralistas e inicia desmonte da Fundação Nacional do Índio
- 05** A trajetória do primeiro índio formado em medicina pela UnB
- 06** Cetam promove curso de informática para indígenas em Manaus
- 07** Atuação da Embrapa na demarcação terras indígenas não tranquiliza produtores em MS
- 08** Ministra afronta a Constituição Brasileira
- 09** Exposição fotográfica Marcados é aberta na quarta-feira
- 10** Dia da Abolição: livro didático que retrata a escravidão indígena no Acre esteve censurado por duas décadas
- 11** Regras do Bolsa Permanência são publicadas no Diário Oficial
- 12** Prefeito de Santa Cruz do Xingu está preocupado, 40% do município pode virar área indígena



Animais invadem aldeia e preocupam índios

SÍTIO DIÁRIO DE SÃO PAULO, 13.05.2013

Moradores reclamam dos problemas causados por mais de 400 cães e gatos abandonados por seus donos

A aldeia de índios Jaraguá, na Zona Norte da capital, existe há mais de 40 anos e desde 2000 vem sofrendo com o aumento da população de cães e gatos. Os bichos são abandonados nas redondezas e, quando sobrevivem aos carros, acabam "adotados" pela aldeia. O problema é o aumento dessa população. Atualmente, segundo representantes dos índios, são mais de 400 bichos vivendo na comunidade em condições precárias de sobrevivência e alimentação. Há ainda o temor constante sobre doenças que os animais podem transmitir.

Segundo um dos líderes da aldeia, Natalício Karaí, moram na comunidade cerca de 670 pessoas. Desse total, quase 400 são crianças. "Elas podem pegar doenças por andar com os pés descalços, característica que faz parte da nossa cultura", afirma. Os principais problemas são diarreia e gripe.

O veterinário e chefe da Casa de Agricultura, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo que atende a aldeia, Moisés Magalhães Junior, diz ser possível que as fezes e urina dos animais provoquem diarreia nas crianças. Maíra Bueno, que trabalha na Funai (Fundação Nacional do Índio), conta que os cachorros e gatos funcionam como "moeda de troca" para os indígenas. "As pessoas fazem doações de roupas, por exemplo, e deixam seu animal também."

O Centro de Controle de Zoonoses afirmou que visita a aldeia regularmente para vacinar e castrar os animais, mas, para os índios, tais ações não são suficientes. "A aldeia gosta dos bichos, mas esse problema já saiu do controle", reclama Karaí. Para ele, os animais precisam de um abrigo adequado.

SEM RENDA/ Além dos problemas com os animais, os índios também reclamam da falta de alimentos e do saneamento básico precário. "Tem dias em que não tem água na aldeia", disse Natalício. A comunidade não tem fonte de renda fixa. Segundo Moisés Magalhães, o governo estadual realiza, em conjunto com a Funai, o programa Microbacias 2, cujo objetivo é ampliar as oportunidades de emprego e renda dos indígenas, promover a inclusão social e o bem-estar da comunidade, além de preservar os recursos naturais.

CCZ lembra que capacidade dos abrigos é limitada

Em nota, o CCZ (Centro de Controle de Zoonoses) informou que faz castração, vacinação, vermifugação, atendimento veterinário e microchipagem nos animais da aldeia, além de disponibilizá-los para doações. Mas esclarece que não cabe ao órgão remover ou abrigar os animais. Além disso, a capacidade dos canis e gatis da cidade é limitada.



Parlamentar garante construção da Casa de Saúde em Guarantã do Norte
SÍTIO O DOCUMENTO, 13.05.2013

Em reunião no Ministério da Saúde com o Secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, o Deputado Pedro Satélite (PSD) garantiu a liberação de recursos para a construção da Casa de Saúde Indígena (Casai), em Guarantã do Norte, distante 725 km ao norte de Cuiabá. A unidade deve ser construída ainda este ano e vai atender cerca de 800 índios de cinco aldeias da etnia Panará.

Até a construção ficar pronta será alugado um prédio para abrigar a unidade de saúde. O parlamentar também garantiu a liberação de recursos no valor de R\$ 300 mil, para a construção imediata de um posto de saúde na aldeia Nassepotiti, também no município de Guarantã. "Nestes locais eles contam com interpretes e profissionais qualificados. Com isso garantimos um atendimento mais humanizado aos nossos irmãos índios.", disse Satélite.

Ministério da Pesca – Ainda na capital federal, Pedro Satélite se reuniu com o secretário executivo do Ministério da Pesca, Atila Maia da Rocha, e garantiu a liberação de maquinários para a construção de tanques para a criação de peixes em 11 municípios do Nortão. "A piscicultura é uma das alternativas para fortalecer a economia regional. O secretário nos garantiu a liberação de um trator de esteira e uma retroescavadeira para o consórcio Portal da Amazônia, são maquinários imprescindíveis para alavancar a piscicultura no Vale do Peixoto, não tenho dúvida disso".

Participaram das audiências, a prefeita de Guarantã, Sandra Martins, os vereadores Dedé, Adão e Zilmar presidente do Legislativo Municipal e o Cacique Sikiã da etnia Panará.

Índios e sem-terras ocupam fazenda em Euclides da Cunha sob risco de conflito
SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 13.05.2013



Uma negociação entre lideranças do Movimento dos Sem-Terra e índios Kaimbé, mediada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e membros da Pastoral Rural, neste domingo (12), terminou em um acordo temporário para ocupação compartilhada da Fazenda Sipituba, localizada em Euclides da Cunha, no nordeste baiano. Apesar do entendimento, um possível conflito entre ambos os grupos não está descartado. A disputa pelas terras da propriedade teve início há três anos. Neste período, os camponeses ocuparam o latifúndio, que tem cerca de 12 mil hectares de terras devolutas, ou seja, terrenos que nunca possuíram escrituras. A tribo Kaimbé, que luta pela demarcação do seu território, também entrou na disputa pela Sipituba.

Conforme reportagem do site Folha Pombalense, com a demora em resolver a questão, a situação só tem piorado e um clima tenso entre índios e camponeses foi instalado, o que obrigou a Funai e a Pastoral Rural mediar o conflito. Com a negociação deste domingo, os sem-terra voltaram para seu acampamento e os índios permaneceram na sede da fazenda. Membros da Pastoral Rural ouvidos pelo portal afirmaram que a solução definitiva depende do governo do Estado, responsável pelo processo de reconhecimento definitivo das terras.

Governo cede a ruralistas e inicia desmonte da Fundação Nacional do Índio
SÍTIO DIÁRIO LIBERDADE, 13.05.2013



Brasil - CIMI - [Patrícia Bonilha] A corrente campanha de desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai), realizada pelo próprio governo federal, teve seu ápice na última quarta-feira, 08, com a participação da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, na audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na Câmara dos Deputados.

Aplaudida pelos parlamentares ruralistas, ela correspondeu prontamente aos desejos da bancada e anunciou que até o final deste semestre será definido um novo marco regulatório para os processos de demarcações das terras indígenas.

Porém, antes que o marco seja oficializado, o Palácio do Planalto já suspendeu as demarcações de terras indígenas no estado do Paraná, com base em análises da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre estudos da Funai. A intenção vai além: relatórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Ministério das Cidades também serão levados em consideração. Em outras ocasiões, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo indicou que tais mudanças ocorreriam.

Logo em sua fala de abertura, Gleisi afirmou que "a Funai é um órgão envolvido com os interesses indígenas", e que, portanto, ela não é imparcial, colocando sob suspeição a competência da instituição para desenvolver as atribuições que estão sob a sua responsabilidade. A deixa da ministra para os ruralistas foi dada de forma bastante clara, e não podia ser mais perfeita. Mas ainda havia mais por vir.

Após inúmeras falas nervosas e contundentes em que a Funai, este órgão público do governo federal - é bom lembrar - foi chamada pelos deputados ruralistas de criminosa, vigarista, fraudulenta, incompetente, desonesta, dentre outros adjetivos, a ministra-chefe da Casa Civil afirmou que "a Funai não está preparada e não tem critérios claros para fazer a gestão de conflitos. Ela não tem a capacidade para fazer a mediação [entre índios e agricultores] pelo envolvimento que tem com os índios". Era tudo o que os ruralistas queriam ouvir: falava contra a Funai a voz delegada pela Presidência da República.

Raposa no galinheiro

CONT.



Neste sentido, além dos critérios antropológicos, o governo também quer ter acesso a dados "qualificados" sociais e econômicos das áreas em processos de demarcação. "Queremos um mapa cartográfico sobre a ocupação do território. Queremos saber qual a produtividade na área, por quanto tempo os produtores tomaram crédito do governo, há quanto tempo há presença indígena porque os processos estão mais tensos agora sobre áreas antropizadas", declarou Gleisi, candidata virtual ao governo do Paraná nas eleições de 2014, primeiro estado a ter as demarcações suspensas.

A fala da ministra deixou inúmeras dúvidas. Se a Funai, o órgão indigenista governamental, com o seu histórico de atuação e quadro de profissionais especializados em questões indígenas, não é a instituição mais adequada para realizar os processos de demarcação, definidos, em última instância, pelo Ministério da Justiça, qual poderá ter? A Embrapa e o Mapa – com atuações direcionadas para o fortalecimento do agronegócio – têm legitimidade para isso? Se invasores, que expulsaram indígenas há décadas de suas terras tradicionais, tiverem qualquer tipo de produção nestas terras atualmente, isso impossibilita os índios de recuperarem seus territórios? Quem vai ser a instituição que vai analisar as contribuições de todos os órgãos e dar a palavra final sobre a demarcação da terra?

Segundo o Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Cleber Buzatto tudo indica que, se depender do governo Dilma, o presente chegará melhor que a encomenda para os fazendeiros. Em artigo publicado na última quinta-feira, 9, o indigenista afirma que o Palácio do Planalto fornece asas ao "modelo de democracia" dos latifundiários, onde direitos são violentados sem nenhuma reação governamental.

"Diante disso, aos povos indígenas não resta alternativa senão eles próprios fazerem a defesa de seus direitos. No atual contexto, diferentemente do que ocorreu no episódio do Código Florestal, quando a sociedade, mesmo contrária às mudanças, reagiu com certa timidez diante da violenta ofensiva do agronegócio, para manterem seus direitos, os povos indígenas precisarão de disposição para enfrentamentos mais contundentes, urgentes e permanentes em todos os níveis, desde a aldeia até o "centro" do poder, em Brasília".

Tudo muito bem articulado

O espetáculo protagonizado pela ministra da Casa Civil e pelos ruralistas já vinha sendo armado há bastante tempo. Há meses, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo faz declarações à imprensa indicando que para a atual gestão a Funai não deve ser o órgão com preponderância para definir a demarcação das terras indígenas, tal como determina a Constituição Federal. Mais recentemente, no dia 29 de abril, em Campo Grande (MS), a presidenta Dilma foi vaiada por ruralistas que protestavam contra a demarcação de terras indígenas. A partir daí uma avalanche de boatos têm sido diariamente estampados nas páginas dos jornais sobre a possível demissão da presidenta da Funai, Marta Maria do Amaral Azevedo.

Na última terça-feira, 7, com base em análise da Embrapa, a ministra Gleisi pediu ao Ministério da Justiça a suspensão de estudos da Funai para a demarcação de terras indígenas no Paraná. Este ato foi divulgado pela mídia como "uma intervenção de Dilma na Funai" e agradou bastante a ala ruralista um dia antes da ministra Gleisi ir "se explicar" no parlamento sobre a

CONT.



demarcação de terras indígenas neste governo, atendendo a convocação da bancada ruralista.

No entanto, a Embrapa soltou uma nota nesta sexta-feira, 9, afirmando que o órgão de pesquisas "não tem por atribuição opinar sobre aspectos antropológicos ou étnicos envolvendo a identificação, declaração ou demarcação de terras indígenas no Brasil. Essa é uma atribuição da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça". Mesmo assim, a Embrapa está analisando processos de demarcação em outros três estados: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que poderão ser suspensos a qualquer momento. O assessor político da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib Paulino Montejo) antevê as suspensões como ante-sala para um decreto que oficialize o flagrante desrespeito aos artigos 231 e 232 em curso.

Coincidência ou não, a ministra Gleisi, um dia após pedir a suspensão das demarcações no Paraná, compareceu à audiência pública dos ruralistas, com as "boas" notícias sobre a efetivação de um novo marco regulatório para as demarcações de terras indígenas até o mês de junho. Na prática significa, em um primeiro momento, o esvaziamento e desmonte completo da Funai.

A tragédia vai além

Municiados pelo fato de que membros do alto escalão do governo, além da própria presidenta Dilma, colocaram sob suspeita a própria Funai, os deputados ruralistas – todos homens, brancos, com mais de 50 anos e falas incrivelmente parecidas e defensoras dos interesses das elites – sentiram-se totalmente à vontade e apelaram para o princípio da isonomia constitucional, demandando que a suspensão dos processos de demarcação seja feita em todos os estados do Brasil.

"Esta audiência pública é um divisor de águas e tem como objetivo a suspensão de todas as demarcações. Não há alternativa", afirmou de modo bastante nervoso o deputado Vilson Covatti (PP/SC), conhecido detrator dos povos indígenas e de seus aliados, imputando falsas acusações e respondendo a processos por tais atitudes em seu estado de origem.

A instalação da Comissão Especial sobre a PEC 215, que passa para o Legislativo a prerrogativa de definir as demarcações de terras indígenas, e a vigência da Portaria 303, que estende as condicionantes da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol para todas as terras indígenas do Brasil, também foram temas recorrentes e exigências apresentadas pelos ruralistas. Em relação a esta Portaria, o Advogado Geral da União (AGU), ministro Luís Inácio Adams, também assumindo claramente de que lado está, afirmou que "quanto mais rápido for o julgamento dela, maior clareza e certeza teremos em relação às condicionantes, que estão absolutas corretas em seu mérito. O objetivo é dar repercussão geral e a segurança do precedente. E, a partir disso, todos os processos de demarcação não finalizados deverão ser revistos retroativamente a partir desse julgamento da Portaria".

Não satisfeitos com a série de ataques orquestrados contra os povos indígenas, os parlamentares ruralistas ainda demandaram a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai, proposta recebida com aplausos pela claque formada pelos

CONT.



latifundiários vindos do Paraná, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No total, segundo os próprios deputados, cerca de 1.100 representantes dos fazendeiros foram trazidos destes estados para pressionar o governo federal.

Por outro lado, 50 indígenas estiveram na audiência. Com o plenário tomado pelos ruralistas, que ultrapassavam em muito o número de 50 representantes acordado com a presidência da Câmara, os indígenas demonstraram força e coragem. De forma ativa, deixaram seu recado – apesar da censura imposta pelos ruralistas. Após cerca de duas horas, com gritos de "aqui é casa de ruralista e não de índio", contra as manifestações preconceituosas dos deputados e da claqué ruralista. Segundo Fernando Giacobbo, presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária, que presidia a audiência, os índios não podiam se manifestar. No entanto, ele não deu o mesmo tratamento aos ruralistas, que se manifestavam com aplausos após cada fala dos ruralistas. Assim como a presidente Dilma Russeff, os latifundiários não gostam de serem contrariados.

Os pequenos usados pelos grandes

O deputado Dionilso Marcon (PT-RS) alertou para a necessidade de explicitar o jogo armado pela bancada ruralista que, segundo ele, nunca se manifesta em nenhuma ação concreta para ajudar os índios que estão em situação de miséria. "O que me entristece é ver os pequenos agricultores e os quilombolas sendo colocados contra os índios. Os coronéis se escondem e estão usando os pequenos para atingir os seus objetivos", afirmou. Ele também defende que a regularização fundiária precisa ser considerada. "São 196 proprietários que detêm 336 mil hectares de terra. Destes, alguns são brasileiros. Muitas são multinacionais estrangeiras defendidas por estes que aqui se posicionam contra os índios", concluiu.

Já o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) afirmou que para discutir questões indígenas importantes, como a PEC 215, era "fundamental que caciques indígenas estivessem na mesa, já que os caciques do agronegócio, como a senadora Kátia Abreu (PSD/TO) e o deputado Homero Pereira (PSD/MT), compuseram a mesa da audiência". Ele também chamou a PEC 215 de excrescência, que tanto a sociedade como o governo precisam se opor. Assim como Marcon, Valente destacou a importância de separar os interesses dos pequenos agricultores e os dos latifundiários.

"A Funai virou a Geni. Os índios não são responsáveis pelos problemas que estão ocorrendo. Eles são vítimas. Há 100 milhões de hectares na mão de proprietários particulares, e mesmo assim, não se discute a reforma agrária e o sistema fundiário. As soluções são complexas e não podem ser encaminhadas somente para beneficiar o agronegócio, sojeiros e madeireiros ", afirmou Valente. Em relação à CPI da Funai, ele afirmou que até a assinatura desde que ela analisasse as atrocidades e violências cometidas contra os povos indígenas relatadas pelo recém descoberto Relatório Figueiredo, realizado pela ditadura militar em 1967. "Dois mil indígenas Waimiri-Atroari desapareceram na Amazônia", exemplificou.

Durante a audiência, vários deputados afirmaram que os índios são bancados por organizações internacionais e movimentos irresponsáveis, alegando que eles atuam assim porque não querem que o Brasil se desenvolva e que chegam, inclusive, a importar índios de outros países,

CONT.



como Paraguai e Bolívia. No entanto, apesar da contundência das denúncias, elas ficaram no vazio porque nenhum deles nomeou sequer o nome de uma dessas organizações e movimentos.

No lugar errado, na hora errada? Ou muito pelo contrário...

O deputado Sarney Filho (PV/MA) fez a última fala da audiência e afirmou que quem deveria estar naquela sessão respondendo às questões relativas à Funai era o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, já que esta instituição indigenista é vinculada ao seu ministério. "Com todo respeito, ministra, a Casa Civil não tem nenhuma atribuição constitucional para discutir as questões indígenas", declarou ele, que defendeu o quadro qualificado da Funai e a sua atuação. "O Congresso quer promover um retrocesso na legislação. Trata-se de uma manobra para não se criar mais nenhuma terra indígena", concluiu ele.

A participação da ministra-chefe da Casa Civil na audiência convocada pelos ruralistas, o conteúdo de sua fala, assim como a decisão de suspender as demarcações indígenas no Paraná são medidas consideradas pelo movimento indígena como um ato político único, importante para agradar os ruralistas já que ela é a provável candidata do PT ao governo paranaense. Segundo matéria da Folha de S. Paulo, edição de 10 de maio, assinada pelo repórter Aguirre Talento, "quando se candidatou ao Senado, em 2010, Gleisi recebeu R\$ 390 mil de empresas ligadas ao agronegócio". Pelo andar dos tratores, o apoio poderá ser bem maior no ano que vem.



A trajetória do primeiro índio formado em medicina pela UnB

SÍTIO REVISTA ÉPOCA, 13.05.2013

Ao chegar a Brasília há sete anos, Josinaldo da Silva tinha apenas R\$ 900 de mesada da Funai e um currículo escolar tão pobre quanto o bolso

Josinaldo da Silva esperava com ansiedade sua vez de receber o pedaço de papel que coroaria sete anos de sua vida. Mal enxergava a família, que, após deixar Petrolina, em Pernambuco, e voar 1.550 quilômetros, acomodara-se discretamente no fundo do auditório do Quartel-General do Exército, em Brasília. Seus olhos divisavam apenas quem, nas primeiras fileiras, lhe entregaria o canudo em instantes. Quando o mestre de cerimônias pronunciou seu nome, Josinaldo viu o pajé Álvaro Tukano soerguer-se, orgulhoso. Carregava nas mãos um enorme cocar de penas de gavião, similar ao que ostentava na própria cabeça. Aproximou-se de Josinaldo, tirou-lhe o capelo, substituiu-o pelo cocar, pôs as mãos no ombro do pupilo e – súbito – encostou sua testa na dele. Josinaldo ficou sem reação: não esperava esse gesto. Nem o que aconteceria depois. A plateia e os outros 39 formandos ficaram de pé para aplaudir o primeiro índio formado em medicina pela Universidade de Brasília (UnB).

A noite de 1º de fevereiro deste ano encerrou a improvável jornada que começara em 18 de abril de 2006, quando Josinaldo, da etnia aticum, chegara a Brasília. Chegara graças a seus esforços e a uma parceria entre a UnB e a Funai, pela qual ele obtivera sua vaga na UnB. Josinaldo vivia, com os cerca de 5 mil índios aticuns, na Serra do Umã, sertão de Pernambuco. Ao chegar a Brasília, tinha apenas R\$ 900 de mesada da Funai e um currículo escolar tão pobre quanto o bolso. Mal conseguira um teto, já tinha de vestir o jaleco branco. Começara as aulas com a disciplina mais temida pelos novatos: anatomia. “Levaram a gente para uma sala com cadáveres, foi a primeira vez que vi, um choque. Entrar num ambiente cheio de corpos é para saber se você quer mesmo estar ali”, diz.

Josinaldo se sentia estrangeiro em Brasília. Pela primeira vez, sentiu o que é ser diferente dos outros. Não conseguia fazer amizades. A solidão lhe doía. Nos primeiros meses de aula, tinha apenas um amigo: Jânio, da etnia baré, do Amazonas, também estudante de medicina. Os dois dividiam um quartinho e as angústias. A família de Jânio, porém, estava com muitos problemas – a mãe doente, o pai alcoólatra. A pressão foi grande para que ele voltasse à aldeia. Jânio voltou. Um mês depois, matou-se. “Foi como perder um irmão. A gente conviveu pouco tempo, mas intensamente”, diz Josinaldo.

No primeiro semestre, Josinaldo foi reprovado em duas matérias. E depois em mais uma. Quando pensou em desistir das aulas de imunologia, difíceis demais, foi motivado a continuar pelos companheiros. “Fiz poucos amigos na universidade, mas os que fiz foram de verdade”, diz. Foram eles que bancaram os dois primeiros estetoscópios de Josinaldo – os equipamentos custavam R\$ 150 cada um, uma pequena fortuna para ele. E o ajudavam quando o dinheiro da Funai atrasava. “A hombridade dele sempre me impressionou. Ele é reservado, mas fala de suas raízes com orgulho e nunca deixa de cumprir um compromisso”, diz Felipe Machado, um

CONT.

dos amigos da faculdade.

Josinaldo é um dos cinco indígenas formados até aqui na UnB pela parceria firmada em 2004 com a Funai. Hoje, há 63 alunos indígenas na universidade. São estudantes de 31 etnias diferentes, distribuídos em cursos como administração, sociologia e agronomia. O convênio não é exatamente uma cota, como no caso dos alunos negros. Desde 2006, a UnB cria dez vagas por semestre exclusivamente para os índios. Os alunos que entram pela cota de negros ocupam 20% das vagas já existentes nos cursos. No quinto semestre, a solidão dos tempos de calouro deu lugar ao reconhecimento orgulhoso da identidade. Josinaldo e os demais índios da UnB dançavam pelos corredores da universidade, em manifestações "contra o preconceito".



DIPLOMADO

Josinaldo da Silva no Posto de Saúde de Santa Maria. "Quando soube que passei no vestibular, demorei a acreditar" (Foto: Celso Junior/ÉPOCA)

CAPÍTULO 2 DE COCAR NO RITUAL DA ALDEIA

A dança que Josinaldo fazia no campus, sem camisa, de calça jeans e cocar, andando em círculos e batendo o pé no chão, chama-se toré. É a mesma que praticava quando era criança. Josinaldo adorava participar do ritual que acontecia a cada 15 dias. Era o escape de sua rotina

CONT.



de roça. Terceiro de seis irmãos, ele mal conheceu o pai, que os abandonou e, anos mais tarde, foi assassinado numa briga. Com 6 anos, já ajudava a mãe a capinar as plantações de mandioca, milho, abóbora e feijão. Nos dois meses do ano em que chovia, o trabalho era diário. A família largava a casinha de pau a pique da aldeia sem saneamento para subir a serra. Lá, Josinaldo se instalava com a mãe e os irmãos numa palhoça, dormindo no chão. Também colhia algodão nas fazendas da região. Estudar não era prioridade. Mas Josinaldo queria tanto aprender que dava um jeito de recuperar as aulas perdidas na única escola da aldeia, que só chegava à 4ª série. Quando terminou, em 1989, queria continuar estudando. Refez o ano três vezes. "Virei pós-doutor em 4ª série", diz Josinaldo, rindo.

Em 1995, surgiu a oportunidade: construiu-se uma escola de 5ª a 8ª série no quilombo Conceição das Crioulas, vizinho ao povoado de Mulungu. A história das seis negras libertas que fundaram o quilombo, no comecinho do século XIX, se mescla com a dos aticuns – e a herança está no rosto mestiço de Josinaldo. Ele percorria todo dia, de jumento ou bicicleta, rodeado de outras crianças, os 6 quilômetros até o quilombo. Para fazer o ensino médio, o caminho era mais longo, de ônibus: 48 quilômetros até a cidade de Salgueiro. Depois de estudar e ainda ajudar a mãe na roça, Josinaldo se reunia com os familiares. A aldeia não tinha luz. Eles acendiam uma fogueira e ouviam os mais velhos contar histórias.

Já crescido, Josinaldo começou a trabalhar como agente de saúde, cuidando de sua aldeia. "A gente sabia que era ruim, mas, indo de casa em casa, é que vi", diz. O chão batido dos casebres sem esgoto, sem comida, inundados durante os meses de chuva... Josinaldo conta que visitou uma mãe que amamentava um bebê e notou que as costelinhas do menino estavam à mostra, marcadas na pele fina. "Aquilo foi o que mais me doeu. Foi quando comecei a sonhar em ser médico. Era a utopia da utopia."

Em 2005, Josinaldo soube do convênio entre a Funai e a UnB. Fez o vestibular no ano seguinte. "O pessoal da Funai ligou para dizer que eu havia passado. Achei que era trote. Demorei a acreditar." Com cinco mudas de roupa, meia dúzia de livros e o aval de seu povo, que recomendou seu nome para a Funai, Josinaldo partiu para Brasília. Foram sete anos até o jaleco branco com o bordado no bolso: "Dr. Josinaldo Silva".

CAPÍTULO 3 DE JALECO BRANCO NO POSTO DE SAÚDE

Numa tarde escaldante de março, a salinha do Posto de Saúde do distrito de Santa Maria, em Flores de Goiás, a 210 quilômetros de Brasília, está cheia. Dona Orica, de 59 anos, está ansiosa por ser atendida, depois de meses em que o posto ficou sem médico, pelo doutor novo que chegou na semana anterior. Josinaldo sai da sala com uma prancheta nas mãos e chama dona Orica. Depois outro, e outro... Atende sem parar, das 7 às 16 horas. No fim do expediente, dorme num quatinho minúsculo no fundo do próprio posto. Josinaldo está lá por causa do Provac, programa do governo federal que oferece R\$ 8 mil de salário a médicos recém-formados que topem trabalhar nesses rincões sem estrutura. Ele ficará em Santa Maria por um ano. Depois, seguirá para Planaltina, na periferia de Brasília, para fazer a residência de dois anos em medicina de família, área que escolheu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 080 / 2013

Brasília, 14 de maio de 2013.

Josinaldo se sente na obrigação de voltar daqui a três anos para sua aldeia, para retribuir a confiança que seu povo lhe deu. O convênio da Funai com a UnB não prevê oficialmente a contrapartida da volta – ela é firmada entre o índio e as lideranças de suas aldeias. A aldeia Mulungu de hoje é bem diferente da aldeia Mulungu da infância de Josinaldo. A luz chegou em 2001, todo mundo tem televisão e celular, e as famílias agora constroem fossas sépticas com a ajuda do governo. Josinaldo também mudou. Comprou um carro e arrumou uma namorada, estudante de psicologia. Sua família não vive mais lá. Partiram para ganhar a vida em outras cidades de Pernambuco e em São Paulo. “Saí de lá com um propósito. Teve um povo que disse para eu vir. Quero voltar, me sinto nessa dívida”, diz Josinaldo. “Espero que daqui a três anos eu continue pensando isso.”

Cetam promove curso de informática para indígenas em Manaus

SÍTIO GLOBO.COM, 13.05.2013

Aulas serão realizadas para etnia Tikuna no bairro Cidade de Deus.

Curso terá carga horária de 80 horas e 50 indígenas deverão realizá-lo.



Curso será realizado entre os dias 13 de maio para
9 de julho em Manaus
(Foto: Divulgação/Assessoria Seind)

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) realiza, a partir do dia 13 de maio, o primeiro curso de informática básica voltado para 50 indígenas da etnia Tikuna, da Associação Comunidade Wotchimaúcu. As aulas serão realizadas na associação da comunidade, na Rua Salvador, no bairro Cidade de Deus, Zona Leste de Manaus.

De acordo com o Cetam, o curso terá carga horária de 80 horas e vai acontecer de segunda a sexta-feira. O órgão informou ainda que, ao todo, serão 50 indígenas que vão participar do curso.

Realizado em parceria com a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind), o curso terá uma turma especial destinada aos idosos e conta com o apoio de um tradutor para a língua Tikuna. As aulas seguirão até o dia 9 de julho deste ano.

Atuação da Embrapa na demarcação terras indígenas não tranquiliza produtores em MS

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 13.05.2013



Produtores rurais do Mato Grosso do Sul que foram à Brasília para participar da audiência pública com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, voltaram com boas impressões sobre o rumo da demarcação de terras indígenas no Brasil, mas ainda assim vigilantes e preocupados com os próximos passos a serem tomados pelo Governo Federal.

De acordo com o produtor rural de Laguna Carapã (MS), Eduardo Tomonaga, a participação da Embrapa e demais órgãos governamentais na apuração de dados e

informações nos processos de demarcação de territórios indígenas deve ser observada com cautela, pois o que pode ser bom para o produtor, também pode ser usado para manipular conteúdos em prol de outros interesses.

Até o final da última semana, a Funai continuava visitando propriedades e apurando informações no sul do Mato Grosso do Sul, em contrapartida, os produtores rurais têm se reunido e trabalhado na conscientização da população sobre a realidade no campo e a demarcação de áreas indígenas.



Ministra afronta a Constituição Brasileira

SÍTIO BRASIL DE FATO, 13.05.2013

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, no dia 8 de maio, em reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, deixou claro qual é a verdadeira e única visão do atual governo em relação aos sérios e graves conflitos que envolvem os povos indígenas

da CPT

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público para manifestar sua indignação e repúdio ao que faz o atual governo federal, em defesa da sua visão monocrática de desenvolvimento e de submissão aos interesses do agronegócio.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, no dia 8 de maio, em reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, deixou claro qual é a verdadeira e única visão do atual governo em relação aos sérios e graves conflitos que envolvem os povos indígenas.

As diversas manifestações indígenas que vêm ocorrendo nos últimos anos, que mostram sua total discordância com projetos que afetam sua vida e seus territórios, são atribuídos pela ministra a grupos que usam o nome dos índios, tentando, com isso, desqualificar suas ações como se eles apenas fossem massa de manobra nas mãos de outros interesses. "Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte", disse ela textualmente. E acrescentou: "O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento". A ministra deixa patente que o econômico é o único compromisso do atual governo. Nada pode impedir que os propalados "progresso e desenvolvimento" avancem sobre novas áreas, desconhecendo totalmente os direitos dos povos que há séculos ali vivem e convivem, se assim o governo definir como essenciais ao desenvolvimento.

Com essa fala, ela acaba por legitimar toda a violência empreendida contra os povos originários no país. E confirma que o atual modelo de "desenvolvimento" é o mesmo que se implantou no Brasil, desde a época do Brasil Colônia, e se repetiu nos diversos períodos de nossa história. Esquece-se ela, porém, que a Constituição, em seu artigo 231 garantiu: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" e que o Brasil é signatário de acordos internacionais que corroboram estes direitos. As declarações da ministra soam como uma afronta à Constituição brasileira.

E não são só palavras. Para garantir que as obras que o governo se propõe realizar não sejam interrompidas, como nos tempos da ditadura militar, militariza-se a questão. Em 12 de março, a Presidente Dilma assinou o Decreto nº 7957/2013, que dá poderes ao próprio governo

CONT.



federal, através de seus ministros de Estado, para convocar a Força Nacional em qualquer situação que avaliarem necessário. E lá está a Força Nacional na região onde se pretende construir o complexo Hidrelétrico do Tapajós. E estava em Belo Monte para retirar os cerca de 200 indígenas de 8 etnias diferentes, que ocupavam o canteiro de obras da usina, depois que o governo conseguiu liminar da justiça para que os mesmos fossem retirados, até mesmo com o uso da força. Pacificamente como entraram, os indígenas deixaram o local.

E não fica só nisso. Nas regiões, onde os índios depois de decênios de espoliação, tentam reaver pequena parte do território que lhes pertencia, o Palácio do Planalto desqualifica os trabalhos da Funai propondo submeter os estudos de identificação e delimitação de terras indígenas à análise da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contrariando, mais uma vez a legislação brasileira.

Aliado a isso tudo, a campanha anti-indígena que se desenvolve no Congresso Nacional com a PEC 215, que quer transferir as atribuições constitucionais da Presidência da República em reconhecer territórios indígenas e de outras comunidades tradicionais para o Senado, e a portaria 303 da Advocacia Geral da União que pretendia estender a todo o Brasil, as condicionantes definidas para a TI Raposa Serra do Sol, nos dão um quadro de como, depois de cinco séculos, os indígenas são vistos e tratados neste país.

A Coordenação da CPT espera que nossa Constituição seja respeitada em primeiro lugar pelo próprio governo, garantindo "aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", e também sobre os territórios dos quais foram espoliados. A preocupação da CPT se dá, também, com relação aos quilombolas e outras comunidades tradicionais sobre as quais cresce a pressão do capital, apoiado pelos poderes públicos. É hora de respeitar e de garantir a diversidade presente em nosso país, e o espaço físico para reprodução física e cultural dos povos e comunidades existentes.

Goiânia, 13 de maio de 2013.

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Exposição fotográfica Marcados é aberta na quarta-feira
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13.05.2013

São 65 imagens assinadas por Cláudia Andujar, que desde a década de 1960 retrata o povo indígena



Fotografias em preto e branco feitas por Cláudia Andujar compõem a mostra Marcados, a partir de quarta-feira (15), na Fundação Joaquim Nabuco. Considerada figura mítica por seus pares, a fotógrafa de 82 anos abre a exposição com palestra às 19h. As imagens são registros de indígenas da tribo Yanomami.

A série foi mostrada pela primeira vez na 27ª Bienal de São Paulo, "Como Viver Juntos", em 2006, sendo depois apresentada na Galeria Vermelho em 2009 e no Centro de Cultura Judaica em 2011, ambos em São Paulo. Além disso, foi publicada como livro pela editora Cosac Naify.

Originalmente a série é formada por 85 obras, das quais serão mostradas 65. A mostra oferece ainda ao público, além as obras/fotografias, documentos que contextualizam a realização das fotografias, como o "Relatório Yanomami 82", de 1982, roduzido pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY, presidida por Claudia Andujar por muitos anos, reproduções de fichas médicas dos Yanomami feitas nesse período, mapa com a localização das aldeias onde então viviam os índios fotografados e um vasto material de pesquisa sobre o tema, disponível para consulta.

Entre 1971 e 1977, Claudia Andujar (Neuchâtel, Suíça, 1931) passou temporadas extensas na Terra Indígena Yanomami, em particular na acia do rio Catrimani, afluente do Rio Branco, parte do território que na divisão geopolítica do Brasil se conhece por Roraima e Amazonas. Fez numerosas fotografias dos habitantes daquele lugar, então pouco aproximados dos "brancos". As fotografias da artista desse período capturam, em simultâneo, a potência vital e a vulnerabilidade de povos indígenas.

MARCADOS

Quando: Abertura no dia 15/05, às 18h;

Palestra com a artista no mesmo dia às 19h na Sala Aloisio Magalhães.

E de 16/05 à 28/07/2013 - Terça a Domingo - 15h às 20h

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 080 / 2013

Brasília, 14 de maio de 2013.

Onde: Galeria Vicente do Rêgo Monteiro - Fundação Joaquim Nabuco (Rua Henrique Dias, 609. Derby)

Quanto: Entrada Franca

Informações e agendamentos de escolas: (81) 3073-6772/ 3073-6682

www.fundaj.gov.br / artes@fundaj.gov.br

Dia da Abolição: livro didático que retrata a escravidão indígena no Acre esteve censurado por duas décadas

SÍTIO JURUA ON LINE, 13.05.2013

Durante 17 anos o historiador e professor Carlos Alberto Alves de Souza enfrentou um processo que se revelou escandaloso na Justiça estadual por causa do livro didático "História do Acre", editado em 1992 pela M.M. Paim.



Por força de uma decisão liminar da juíza Maria Cezarinete, atual desembargadora e vice-presidente do Tribunal de Justiça, quatro mil exemplares da obra foram apreendidos e o julgamento do mérito protelado por quase duas décadas.

A reportagem e a entrevista é Altino Machado e publicadas por Terra Magazine / Blog da Amazônia, 12-03-2013. O polêmico trecho do livro teve origem em reportagem deste blogueiro, publicada em 1983 na imprensa do Acre, dando conta que o coronel de barranco

Mâncio Lima (1875-1950), tratado como herói pela história oficial, havia se valido de correrias -matança organizada de índios – e do trabalho escravo da etnia poyanáwa para transformar a fazenda Barão, no extremo-oeste do país, em modelo de prosperidade da economia regional. A longa reportagem, com fotos e depoimentos dos indígenas, iniciava assim: “O velho índio poyanáwa Alberto Itxubãejamais esqueceu aquela madrugada de 1913, quando assistiu sua tribo acordar em pânico, sob o fogo cruzado de aproximadamente 50 rifles de repetição, acionados pelos homens do coronel de barranco Mâncio Agostinho Lima. Os assaltantes, cada um munido de uma centena de balas, atiraram todos juntos e à vontade. O curumim Itxubãe, que tinha cinco anos de idade, foi um dos poucos a conseguir escapar com vida daquele genocídio em moda na época pela ocupação do Acre e da Amazônia. Aqueles atiradores cumpriram fielmente as ordens do coronel, para que fossem poupadas mulheres e crianças”.

Dois filhos do coronel ajuizaram uma ação na 2ª Vara Cível de Rio Branco, os livros foram apreendidos e o autor teve que responder por crime de injúria, difamação e calúnia, além de um pedido de indenização milionária. O caso ganhou repercussão nacional, mobilizou a comunidade acadêmica, a Associação Nacional de História Oral e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Quando o processo teve início, Andressa Cibebe, filha do historiador, tinha apenas cinco anos de idade, a mesma idade do curumim poyanáwa. Andressa cresceu, se formou em direito e foi quem assumiu a defesa do pai no processo que só foi julgado pela juíza Ivete Tabalipa em

CONT.



março de 2010.

A juíza avaliou que o livro não causou danos à imagem de Mâncio Lima, pois há relatos que a história ocorreu da forma contada. Além disso, considerou o fato de que, antes mesmo da obra ser publicada, diversos outros meios de comunicação relataram a história no mesmo sentido da que foi mencionada no livro.

- Essa mesma história tem versões distintas, dependendo do lado que se encontra, mas o direito de informação pertence a todos. Não se pode esconder uma versão da história, e a versão do historiador tem lastro nos inúmeros relatos mencionados, que não destoam. É a história contada e recontada com riqueza de detalhes por diversas pessoas – escreveu Ivete Tabalipa, que julgou a ação improcedente, condenou os filhos de Mâncio Lima ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios e pediu desculpas ao réu pela lentidão da Justiça na resolução do caso.

Na semana passada, quando lançou a revista, o historiador Carlos Alberto Alves de Souza quebrou o silêncio sobre o tormento que viveu durante 17 anos de censura.

Eis a entrevista. Você lutou 17 anos pelo direito de publicar um livro. Como foi isso? Na verdade foram 17 anos que ficamos sem contato com uma obra fisicamente, que foi publicada com dificuldades. Na época, o Manoel Paim era o editor e teve muito prejuízo, eu tive prejuízo também financeiro, pois tinha que me defender juridicamente. Como aquilo era o primeiro processo conta a minha pessoa, fiquei muito assustado. Não sabia onde aquilo iria dar. Os livros foram apreendidos. Investimento financeiro do editor e meu investimento de pesquisa, deixando público sem acesso.

Foram quantos anos de pesquisa?

Uns 15 anos de pesquisa. O mais interessante é que esse processo teve divulgação nacional e local também. Por causa disso, as pessoas passaram a procurar mais o livro. O termo correria, por exemplo, que é muito antigo, já era usado por outros estudiosos. Era um termo que as escolas não davam muito valor. O antropólogo Terri Vale de Aquino também usou esse termo. Até você, Altino, quando escreveu a reportagem tendo como base o trabalho do antropólogo. Acho importante que, a partir do processo da apreensão do livro, o termo correria começou a ser usado na escola.

A matança organizada de índios na Amazônia, sobretudo no Acre.

Na verdade foi uma revelação do que realmente ocorreu com os índios. Os heróis acreanos, as classes dominantes, tinham também as mão sujas. A história não era assim tão bonitinha como contavam. O processo despertou para outros debates. Passei a ser conhecido nacionalmente porque a Folha S. Paulo deu uma ênfase, a imprensa local também deu, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Então ficamos sem a obra circulando, mas em compensação o debate foi muito grande acerca disso. A Justiça nunca teve uma audiência para discutir isso. Simplesmente o processo aconteceu, o livro foi apreendido e ninguém ouviu nenhuma das partes. Depois de 17 anos, uma juíza chamou para uma audiência pediu desculpas em nome da Justiça pela apreensão do livro. A minha filha, que na época em que o

CONT.



livro foi apreendido tinha cinco anos de idade, foi minha advogada. O livro foi liberado e isso foi uma vitória também da Andressa Cibeles. Ela foi advogada e a minha testemunha foi o indigenista Antonio Macedo.

O processo era muito hostil. Em algum momento você chegou a se arrepender do livro?

Era mesmo muito hostil. Passei a ser hostilizado por setores da sociedade, mas também passei a ser conhecido por outras pessoas, que perguntavam nas ruas: Cadê o processo? E o livro? Apesar de todas as pressões, o processo ficou 17 anos parado. Mas eu não me arrependo. Fui muito inocente na época. Jamais imaginei que seria alvo de um processo daquela natureza. Eu poderia ter utilizado outra forma mais sutil para amplificar a denúncia, pois a denúncia não é minha. Foi feita por outras pessoas, como o Terri Vale de Aquino. Os índios também falavam sobre isso, só que ninguém dava atenção. Acredito que o processo visava muito mais a possibilidade de uma reparação financeira do que reparar a honra do coronel. Era muito mais para tentar ganhar dinheiro. Mas não me arrependo. Nos livros que passei a escrever, as denúncias são apresentadas sem citar nomes, para ninguém me processar mais. Uso agora um contexto mais geral.

O grande foco do livro era a figura do herói cultural Mâncio Lima.

A história oficial trata seus heróis muito mal. Trata de heróis só no público, mas não conta a história dos seus heróis na vida privada. Na vida privada, político ou governador, por exemplo, tem seus problemas, decepções, ataques de fúria, problemas conjugais. Os pretensos heróis não são tratados na vida privada, só na vida pública. E eu tratei, expus a vida privada de um herói sacralizado na história oficial. Depois eles mesmo admitiram em livro, que usei como prova.

O que dizia o livro dos familiares do coronel?

Que eles mataram o cacique Napoleão. Era uma confissão no livro que eles escreveram. Havia também relatos de outras atrocidades. Contra os indígenas, sempre acontecem atrocidades. Mas olhando para trás, acho que a obra deu uma contribuição muito grande. Eu não esperava que ela estivesse essa conotação, mas teve.

Qual conotação?

De política, de mudar uma estrutura de como a história era contada, como passou a ser contada a partir dali, principalmente a história indígena no Acre. Eu não esperava essa conotação que teve com o processo. Durante um tempo a historiografia brasileira escamoteou muita coisa sobre os índios. A história indígena quase sempre foi contada a partir da história dos brancos. As histórias reais quase não são contadas nos livros didáticos até hoje. Independente da questão financeira, estava ali uma visão de história. Quem na verdade fez isso foi o antropólogo Terri Vale de Aquino. Li as obras dele, as entrevistas que dava nos jornais. Ninguém queria ler ou entender o antropólogo. A obra dele merece ser estudada mais e mais. Nem sei se o Terri Aquino quer isso, pois ele é meio arredio. O meu livro não é tão importante. O mais importante é a obra do Terri Aquino, que é anterior ao livro, e ninguém

CONT.



deu atenção. Terri Aquino está aí, vivo. Ele traz uma perspectiva nova da antropologia. Não é aquela perspectiva descritiva, mas uma antropologia que expõe o modo de vida das pessoas, das contradições dos índios.

O que fez após a liberação do livro pela Justiça?

Quando a edição foi apreendida, lancei logo a outra edição sem usar as denúncias diretas contra o coronel Mâncio Lima. Usei outros termos para fugir de processos, o que aprendi com jornalista. Processos judiciais atrasam a vida da gente. Eu não ia ficar tentando quebrar o muro com a cabeça, mas as denúncias continuaram sem citar nomes. Acrescentei outros capítulos sobre violência, sobre mulheres.

Quantas edições?

O livro já está na décima edição. Meu livro, apesar do governo do Acre não reconhecer, muito menos a Biblioteca da Floresta dá atenção, já vendeu mais de cem mil cópias. É o best-seller do Acre. Só perco para o escritor amazonense Márcio Souza aqui na Amazônia. Em todo canto tem meu livro. Se eu tirar mil cópias agora, vendo amanhã as mil cópias. Todas as edições estão esgotadas e estão me pedindo mais.

Quem é leitor do seu livro?

Alunos de primeiro grau, pessoas que fazem concurso, o pessoal que vai fazer vestibular, fazer Enem e a população como um todo.

Pretende fazer alguma edição voltando a citar o nome do coronel?

Não. Eu posso até fazer um livro sobre a história do processo para um debate historiográfico. Não é que eu queira negar a história, mas não quero perder tempo. Posso fazer essas denúncias sem citar nomes de seringalista. Mas estou reescrevendo o livro com outros capítulos sobre religiões. Coloquei numa edição sobre os católicos, mas vou incluir os protestantes, o Santo Daime, outras religiões e outras questões que estou pesquisando. A cada cinco anos renovo o livro.

Considera que foi censurado?

Sim. A justiça agiu de forma a atender os interesses de classes, estava do lado de uma pessoa que era do estado. Eu não representava muita coisa naquele momento. Era apenas um historiador que estava desonrando e desmoralizando um herói. A Justiça entendeu que a obra não tinha que circular. O pensamento na época era esse. Mas a juíza que julgou o caso 17 anos depois foi muito digna. Não esperava que ela tivesse aquela atitude de pedir desculpas em nome da Justiça. Achei ela uma pessoa muito serena, muito justa.

Quer acrescentar algo?

Que a história da população indígena está toda por ser reescrita. A gente vai olha, vai e olha
CONT.



de novo, mas acaba se perdendo porque não sabemos lidar com isso. Sinceramente, depois do processo, andei fazendo muita reflexão sobre isso. Nem me atrevo muito hoje a escrever sobre populações indígenas. Para isso é necessário conviver com elas. Hoje sou mais dedicado à história do que antes. Depois do processo, me dediquei muito mais ao trabalho de história e continuo pesquisando, continuo escrevendo, continuo levantando questões. O processo me amadureceu. Eu fiquei com muito medo no início. Só não fui preso por causa da atuação da então promotora Patrícia Rêgo, que chefia atualmente o Ministério Público do Acre. Morreram as partes, morreram as testemunhas. No processo só restava eu, a minha filha como advogada, o indigenista Antonio Macedo como minha testemunha, além do ex-deputado Osmir Lima, que foi testemunha deles, mas na hora sugeriu o fim do processo. Ele não me sacaneou.

Esquecemos de falar sobre a revista. Qual o foco dela?

A Amazônia é plural culturalmente e exige um espaço editorial acadêmico também plural. Em sendo plural a cultura da Amazônia, também exigem-se debates a respeito das culturas que se estabelecem na região. A revista Pontos deve ter, por excelência, o respeito a estas culturas, aos modos de vida que homens e mulheres criam e recriam nos espaços territoriais amazônicos. Pontos também abre espaços para textos que tratem de questões nacionais e internacionais. Optamos por uma prática que privilegie o diálogo entre teorias e evidências, sendo as evidências as próprias culturas que se apresentam a nós e que devem ser, ao mesmo tempo, problematizadas por nossas reflexões. Temos a consciência de que muitas questões consideradas como insignificantes, por sua pouca conotação política, tornar-se-ão grandes diante de nossas preocupações



Regras do Bolsa Permanência são publicadas no Diário Oficial

SÍTIO TERRA, 13.05.2013

Programa do MEC concede bolsas para viabilizar a continuidade dos estudos no ensino superior de pessoas de baixa renda, em especial índios e quilombolas

A portaria e a resolução que criam o Programa Bolsa Permanência e estabelecem as regras de adesão e de pagamento dos valores estão publicadas na edição desta segunda, dia 13, do Diário Oficial da União. O programa do Ministério da Educação concede bolsas para viabilizar a continuidade dos estudos de pessoas de baixa renda, em especial índios e quilombolas, no ensino superior. O programa foi lançado na última quinta-feira.

A portaria número 389 define que o bolsa permanência "é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, etnorraciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica".

Para receber o benefício, o estudante deve cumprir, cumulativamente, condições como ter renda familiar per capita não superior a 1,5 salário mínimo, estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se formar.

Os valores da bolsa a ser paga pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os procedimentos para o pagamento estão definidos na resolução nº 13, também publicada no Diário Oficial. Serão pagos R\$ 400 mensais a estudantes de baixa renda e R\$ 900 a estudantes indígenas e quilombolas. O benefício será pago por meio de cartão magnético do Banco do Brasil.

De acordo com a resolução, o FNDE pode suspender ou cancelar o pagamento de bolsa quando observadas incorreções nas informações cadastrais. Qualquer pessoa poderá denunciar irregularidades no repasse do benefício.

Prefeito de Santa Cruz do Xingu está preocupado, 40% do município pode virar área indígena

SÍTIO COMUNICAÇÃO IMPARCIAL, 13.05.2013



Os estudos para demarcações de áreas indígenas em Santa Cruz do Xingu, na região Araguaia, estão gerando instabilidade no município, colocando em risco o desenvolvimento econômico local e a tranquilidade de quase 300 famílias.

De acordo com o prefeito da cidade, Marcos de Sá Fernandes da Silva, a prefeitura ainda não foi informada sobre o estudo que a Fundação Nacional do Índio está realizando na cidade, desde novembro de 2012. Segundo ele, cerca de 40% do município podem ser demarcados como área indígena, de

acordo com um mapa que foi elaborado pela Funai. Em Mato Grosso há mais de 70 áreas indígenas em estudo para a demarcação.

O gestor explicou que a falta de transparência do órgão federal contraria uma Portaria do ministério da Justiça de 2011, que estabeleceu que a Funai deve informar todos os entes envolvidos sobre os processos de demarcação.

O documento determina, ainda, que estados e municípios também participem dos estudos de demarcação de terras indígenas. "Não somos contra as demarcações, mas queremos que sejam feitas de forma justa e transparente", assinalou Marcos de Sá.

O prefeito se reuniu nesta quinta-feira (9) com o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Valdecir Luiz Colle, Chiquinho, e equipe técnica da AMM para pedir apoio da instituição para que o município não seja prejudicado.

Marcos de Sá solicitou que a AMM interceda para que o governador Silval Barbosa peça ao ministério da Justiça a suspensão das demarcações indígenas em Mato Grosso, a exemplo do que ocorreu no Paraná.

Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul também já fizeram a mesma solicitação ao governo federal.

O presidente da AMM disse que a instituição vai se mobilizar para que a política indigenista adotada pelo governo federal não prejudique o desenvolvimento dos municípios.

"É preciso encontrar um equilíbrio para que todos, os índios e não índios, sejam contemplados com medidas de desenvolvimento social e econômico", assinalou Chiquinho.

O prefeito de Santa Cruz do Xingu disse que há indícios de que demarcações que estão ocorrendo em Mato Grosso e outros estados estão sendo feitas de forma irregular.

Ele afirmou que uma saída para o problema seria a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a competência para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.